



Resposta à interpelação escrita apresentada pela Deputada à Assembleia Legislativa, Loi I Weng

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração os pareceres da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude e do Instituto de Acção Social, envio a seguinte resposta à interpelação escrita da Sr.^a Deputada Loi I Weng, de 14 de Agosto de 2026, a coberto do ofício n.º 1067/GSG/SAAL/2026 da Assembleia Legislativa de 26 de Agosto de 2026 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 27 de Agosto de 2026:

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem atribuído elevada importância ao desenvolvimento físico e psicológico e ao crescimento saudável das crianças. Os Serviços de Saúde, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (doravante designada por DSEDJ) e o Instituto de Acção Social (doravante designado por IAS) estabeleceram um grupo de trabalho interdepartamental, continuando a cumprir o conceito de “detecção precoce, diagnóstico precoce e tratamento precoce”, através da criação do Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e do Centro de Reabilitação Pediátrica, com apoio financeiro às instituições de intervenção precoce e reabilitação, aquisição de serviços, entre outros, disponibilizando assim os serviços de intervenção precoce, destinados às crianças com idade igual ou inferior a 6 anos suspeitas de perturbações do crescimento e desenvolvimento infantil, no sentido de reduzir, constantemente, o tempo de espera e a pressão na prestação de cuidados por parte dos pais.

Presentemente, o tempo médio de espera para a primeira consulta no Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica é de cerca de 2,3 semanas. Após a avaliação, será adoptado o mecanismo de espera por classificação de casos, em prol de providenciar aos casos a terapia ocupacional e a terapia da fala no



Centro de Reabilitação Pediátrica. Todos os casos muito urgentes não necessitam de espera. Para os casos menos urgentes, o tempo médio de espera é de cerca de 1 semana, e para os casos gerais, é de cerca de 3 a 4 semanas. Estes prazos representam uma redução significativa em comparação com os 12 a 18 meses de espera antes da criação destes centros. Uma via verde foi criada pelos Serviços de Saúde, através da qual os casos graves e as crianças com necessidade iminente de terapia, mediante avaliação, serão submetidos directamente à reabilitação e à terapia, a fim de encurtar ainda mais o tempo de espera, materializando assim a identificação e o acompanhamento precoces.

Em paralelo, através da Base de Formação em Medicina Familiar, os Serviços de Saúde têm desenvolvido a formação específica sobre intervenção infantil precoce, ajudando os profissionais de saúde a dominar os conhecimentos relevantes e a partilharem a sua experiência clínica prática, de modo a elevar a capacidade de detecção dos médicos de família e médicos privados no âmbito dos transtornos de desenvolvimento infantil na fase inicial. Para garantir que a eficácia da intervenção precoce se estenda à vida quotidiana da família, os Serviços de Saúde introduziram a “Plataforma na nuvem para o treino de reabilitação cognitiva de linguagem de inteligência artificial”, tendo realizado periodicamente cursos de formação para encarregados de educação, com vista a disponibilizar às crianças sujeitas a intervenção precoce e aos seus pais formação e apoio adequados e constantes.

Na vertente das creches, o IAS criou, em 2016, o mecanismo de consulta por linha telefónica específica e de comunicação de casos para as creches, com o objectivo de estas poderem, depois da obtenção do consentimento dos pais ou cuidadores, encaminhar as crianças suspeitas de transtornos de desenvolvimento ao IAS para acompanhamento e atendimento às necessidades referentes à avaliação e aos serviços de tratamento das respectivas famílias, por forma a aliviar a pressão dos pais. Além disso, em colaboração contínua com as creches



locais subsidiadas, o IAS realizou, a partir de 2023, as “formações para trabalhadores das creches referentes à prestação de cuidados às crianças com transtornos de desenvolvimento” e as “palestras para pais com crianças utentes da creche – ‘desenvolvimento e educação infantil’ ”, com vista a ajudar os trabalhadores na compreensão das dificuldades e pressão sentidas pelos pais das crianças com transtornos de desenvolvimento, de modo a que possam ajudar os pais a aumentarem o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e a necessidade da intervenção precoce para as crianças com transtornos de desenvolvimento. Até ao presente momento, estas iniciativas contaram com a participação de 370 encarregados de educação e 614 trabalhadores das creches. Actualmente, os funcionários das creches possuem já a capacidade de observar de forma objectiva o comportamento das crianças na vida quotidiana e conseguem manter uma comunicação eficaz com os pais.

No caso em que os pais não aceitam de imediato a sugestão dos trabalhadores das creches de encaminhar a criança para uma avaliação, o IAS e as creches irão igualmente recorrer ao mencionado mecanismo de consulta e de comunicação de casos para enviar, após obtido o consentimento dos pais, pessoal para prestar pareceres profissionais e coordenar a situação.

Além disso, as escolas oficiais ou as escolas particulares com turmas de ensino especial já possuem actualmente uma equipa especializada de ensino especial, composta por agentes de aconselhamento psicológico, agentes de aconselhamento aos alunos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, terapeutas / pessoal de treinamento da fala, entre outros profissionais, que presta os serviços necessários de aconselhamento e de terapia / treino aos alunos que deles necessitem. Relativamente aos alunos que frequentam as turmas regulares das escolas particulares, a DSEDJ encaminha-os para instituições parceiras para o devido acompanhamento e coordena com elas a prestação de serviços nas próprias escolas, mediante o consentimento dos encarregados de educação e



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
衛生局
Serviços de Saúde

(Tradução)

desde que reúnam as condições adequadas.

O Governo da RAEM tem-se dedicado à melhoria dos serviços públicos de intervenção precoce, não havendo plano, neste momento, para o lançamento de programas de subsídios relacionados. No futuro, continuar-se-á a avaliar a situação efectiva e a ouvir amplamente as opiniões de diversos sectores sociais, de forma a aperfeiçoar incessantemente diversos serviços complementares e medidas de apoio na área de intervenção precoce.

O Director dos Serviços de Saúde,
Lo Iek Long
07/09/2026